

A variedade institucional como tema para o estudo da história da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX.

Institutional variety as a theme for the study of assistance to childhood in the city of São Paulo in the nineteenth century

Sérgio César da Fonseca*

Felipe Ziotti Narita**

Resumo: Este artigo analisa temas e recortes de estudo sobre a assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX. A partir de relatórios oficiais, estudados em diálogo com a bibliografia do campo, o texto enfatiza a dinâmica institucional como mecanismo central para o entendimento da assistência na constituição da nascente vida urbana no oitocentos. Permeada por relações entre o público e o privado, a organização da assistência implica, sobretudo, três grandes eixos: a divisão de tarefas e procedimentos internos (trabalho, disciplina etc.), a racionalização da administração institucional e a moralização do trabalho como componente formativo (educacional) da infância (os futuros cidadãos). Trata-se de analisar, mediante as propostas institucionais de amparo à infância, a elaboração do social como campo de intervenção e de correção de déficits, situando o problema da infância e a variedade institucional de amparo no processo de elaboração da sociedade nacional no século XIX.

Palavras-chave: História da educação. História do Brasil. Infância.

Abstract: In this article, we analyze themes and approaches concerning the study of assistance to childhood in the city of São Paulo during the nineteenth century. To the extent that we conceive assistance as a central problem in the rise of urban life in nineteenth-century Brazil, the research is based on official reports that are analyzed in light of the bibliographical contributions published on this theme. In this sense, the constitution of assistance, once it was grounded in a relationship between the public and the private, implies three main points: the division of tasks and internal procedures (labor, discipline, etc.), the rationalization of institutional management and the moralization of labor as an

* Docente da USP. Doutor em Educação pela Unesp, com estágio de pós-doutorado pela UFMG.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp. Doutor em História pela Unesp.

educational component concerning childhood (the future citizens). To sum up, our effort is an attempt at analyzing the constitution of the social as an area for intervention and correction of deficits by situating the variety of institutional assistance and the institutional proposals of child care in the context of the formation of national society in the nineteenth century.

Keywords: History of education. History of Brazil. Childhood.

Introdução

O ano de 1825 está para a capital paulista como o ano zero da produção, ao longo do século XIX, da variedade institucional formada por seminários, asilos, liceus e orfanatos que estruturou o campo das atenções públicas e particulares à infância pobre na cidade. Desde que os atos continuados de receber, cuidar, criar e encaminhar crianças passaram a se realizar em espaços fechados, adaptados ou concebidos para esses fins, as formas de assistir a infância desvalida em São Paulo passaram igualmente a ser praticadas em ambientes institucionais, por sua vez, diferentes das formas de auxílio e solidariedade até então tradicionais, não formalizadas (regimental e legalmente) e praticadas durante gerações, ou mesmo daquelas juridicamente reconhecidas, a exemplo da tutela e dos contratos de soldada, quando as crianças eram incluídas (e criadas subalternamente como era frequente nos contratos de soldada) em famílias de outros que não as suas de origem, ou, por vezes, de colaterais.

Por mais de quatro décadas, desde o início do século XIX, a cidade de São Paulo contou com três estabelecimentos para cuidar de órfãos, desvalidos e abandonados, coincidentemente criados no mesmo ano, 1825. Desde então e durante quarenta e quatro anos o Seminário de Santana, para meninos, o Seminário da Glória, de meninas, e a Roda de Expostos da Santa Casa de Misericórdia foram os únicos a criar, instruir e encaminhar socialmente crianças órfãs ou abandonadas na capital da província. Nesse mesmo tempo, em Itu, Taubaté e Santos surgiram similares, existindo na primeira dois seminários – um deles para meninos e o outro para meninas –, um liceu na segunda e na cidade portuária a Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Província, ativa desde 1868.

Passados esses primeiros quatro decênios e meio, somente entre 1869 e 1873 há mudanças na capital com novos estabelecimentos fundados e com a passagem do seminário de meninos para Instituto de Educandos Artífices. Por sua vez, aos três já existentes estabelecimentos se juntaram o Instituto D. Ana Rosa, o Liceu de Artes e Ofícios, o Liceu Sagrado Coração de Jesus e o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga. Após a instalação deles, pelos cinco anos seguintes não há registro de novidades nos relatórios dos presidentes de província até que, a partir de 1892, outros seis orfanatos surgem na cidade, sendo o último criado em 1897. A não ser pelo Instituto de Educandos Artífices, todos os estabelecimentos criados entre 1825 e 1897 tiveram vida institucional longa, pois continuaram ativos durante o século XX. Muitos deles, inclusive, recorrentemente citados em documentos oficiais, a exemplo de relatórios de presidentes de estado (quando do Império, presidentes de província), anuários do ensino e anuários estatísticos como linhas auxiliares do poder público na assistência à infância.

A alteração da paisagem institucional no espaço da cidade (FREHSE, 2005; FREHSE, 2011) é produto, também, de uma reorientação estrutural na formação do Brasil. Dois momentos importantes, nesse sentido, devem ser destacados: os anos 1850 e os anos 1870. Com o fim do tráfico atlântico, a reorganização da instrução pública, a construção de trechos ferroviários, a abertura de linhas a vapor e o desenvolvimento do ambiente de negócios e crédito (MARSON; OLIVEIRA, 2013) entre o fim dos anos 1840 e os anos 1850, o contexto de integração periférica do Brasil ao circuito do capitalismo e da razão burguesa implicou o desenvolvimento de uma autêntica vida urbana em um antigo espaço colonial (FERNANDES, 2009). Especialmente a partir dos anos 1870, com um novo circuito de ideias (positivismo, evolucionismo, republicanismo etc.) e a estruturação da esfera pública (ALONSO, 2002) em torno de diversos jornais, tipografias e associações literárias/científicas, podem ser notados consideráveis sinais de um incipiente movimento de interiorização de instituições de ensino e assistência pelos florescentes núcleos urbanos da província de São Paulo (MORAES, 2006; SOUZA, 2009). É possível destacar, nesse sentido, o Colégio Culto à Ciência (em Campinas), a Sociedade Nova Arcadia (em Cunha) – dedicada à instrução primária – e a Associação Auxiliadora da Indústria Popular (em Lorena), dotada inclusive de biblioteca

pública a fim de oferecer “instrução por todas as camadas sociaes”, conforme o relatório de João Theodoro Xavier (1875, p. 57), presidente da província.

A difusão institucional das obras de cuidado e de assistência ocorreu justamente no contexto dessa nova paisagem urbana, sobretudo, à luz das novas multidões de desvalidos (HAHNER, 1993), colocando a gestão social da pobreza e dos grupos perigosos no horizonte da formação da sociedade nacional. No caso de São Paulo, capital provincial e, após 1889, do estado, se considerada a cronologia de fundação de seminários, asilos, liceus e orfanatos, o século XIX está para a assistência institucional à infância como seu tempo de afirmação na cidade. As obras estruturadas durante o XIX tanto alcançaram marcas de longevidade como legaram ao entrante século XX alguns dos meios de resposta institucional ao abandono, à orfandade, ao ensino de ofícios e à educação dos pobres a ponto de se tornarem referenciais. Ademais, de um ponto de vista retrospectivo e em se tratando dessa versão da assistência, até 1825 ela não era praticada *stricto sensu* ao passo que, quando alcançou a década de 1890, a cidade contava com uma dezena e meia de estabelecimentos. Conforme surgiam, com eles se apresentavam variedades institucionais introdutoras de modelos mais robustos em matéria de organização e programa se comparados aos de antes, a tal ponto que a cidade ia fechando a centúria, em 1897, dotada de escolas profissionais para órfãos e pobres, de seminários e abrigos para meninas, de casas de acolhimento e criação de abandonados, fato ausente da paisagem no início dos oitocentos. Nesse compasso, apenas o Instituto de Educandos Artífices desapareceu, extinto em 1880.

O desenvolvimento da assistência e da caridade, no século XIX, é decorrente de uma importante reconfiguração na percepção da pobreza no espaço da cidade. A rigor, essa figuração do social como espaço de assistência para garantia de mecanismos de coesão (DONZELOT, 1994; PROCACCI, 1994; STEINMETZ, 1993) implica um duplo movimento: (1) a elaboração de novos códigos morais que intercalam a estima e a dignidade (STRAND, 2015) a formas de governo da população nos espaços urbanos e (2) uma imagem do *social* como instância problemática e permeada por déficits, oferecendo um juízo moral sobre a pobreza, a mendicância e o desvalimento como situações passíveis de ações corretivas para garantia da coesão e da solidariedade social por meio do acolhimento e da educação. Essas novas formas de consciência estão articuladas

às transformações materiais da modernidade (no caso, a construção da vida urbana) na medida em que a ênfase sobre a dignidade moral e a construção do social implicam, sobretudo, a rotinização de mecanismos de distinção (acompanhando novas formas de visibilidade do desvalimento nas cidades) por meio da boa educação.

As iniciativas institucionais de assistência dialogam diretamente com essa sensibilidade à constituição deficitária do social. Nessa marcha, o *fin de siècle* legou um corpo de instituições à cidade capaz de tutelar parte da infância pobre e, com isso, cristalizar o trabalho como método formador, além de instrutivo, em geral preferindo o espaço institucional do interior dos estabelecimentos como seu *locus* precípua. A caridade e a assistência, nesse sentido, caminham *pari passu* a uma ética do trabalho, conectando a *instrução* e o aprendizado de ofícios (geralmente atividades manuais ou, utilizando um termo de época, os chamados “ofícios mecânicos”) aos parâmetros formativos da *educação*, de modo que a moralidade da sociedade nacional também é pensada por meio do governo moral sobre o trabalho (LAPA, 2008). Para chegar a tanto, certamente a experiência em assistir e tutelar crianças pobres acumulada no entremeio do XIX deve algo à roda, aos seminários da província, aos liceus e ao asilo instalados entre 1825 e 1885. Desse modo, os temas da variedade institucional e da relação entre público e privado são propostos como chaves para a leitura do processo de formação do campo assistencial dedicado à infância na cidade de São Paulo durante o século XIX.

Dos seminários aos liceus: 1825 a 1885

Poucos anos após a Independência, entre 1824 e 1825, o governo da província tomou as primeiras providências a fim de fazer frente ao abandono de crianças e ao fato de órfãos e desvalidos estarem desassistidos. Durante o governo do primeiro presidente da província (1824-1827), Lucas Antonio Monteiro de Barros (o Visconde de Congonhas), foram criadas duas casas de educação nomeadas de seminários e, por sua interveniência, o Hospital da Misericórdia passou a contar com a roda para receber os expostos. O ano era 1825 e a partir daí dois métodos de assistir conviveram e em vários momentos se comunicaram, cabendo aos seminários receber crianças mais velhas,

geralmente acima de sete anos, ao passo que a casa contígua à Misericórdia recebia os neonatos deixados na roda e com eles permanecia curto tempo até encaminhá-los às amas-de-leite incumbidas de sua criação. E, como se provou nos anos vindouros, por diversas ocasiões os expostos foram encaminhados a um dos seminários da cidade quando mais velhos e depois de cumprido um tempo de criação junto às amas.

Até esse ano, 1825, São Paulo era o centro administrativo provincial cuja população nem bem passava de duas dezenas de milhares de habitantes e, mesmo longe de alcançar a marca de duzentas mil pessoas, como no final dos oitocentos, nela o abandono e a orfandade de crianças eram um problema conhecido. Tanto que as razões para o Visconde de Congonhas propor uma roda de expostos junto ao hospital de misericórdia aludiam ao frequente abandono de recém-nascidos e ao perecimento de vários que não eram encontrados a tempo. O Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, a esse tempo manifestara sua consternação com a má sorte dos expostos da cidade, pois vários deles eram despejados nas proximidades da residência episcopal (MARCÍLIO, 1998).

Quadro 1: Estabelecimentos fundados entre 1825 e 1869 na capital

Período	Estabelecimento	Fundação	Mantenedor
1825 a 1869	Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1825	Irmandade da Misericórdia
	Seminário de Educandos de Santana	1825 (extinto em 1868)	Governo da Província
	Seminário de Educandas da Glória ¹	1825	Governo da Província
	Instituto de Educandos Artífices ²	1869 (extinto em 1880)	Governo da Província

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Fonseca (2012; 2015).

Antes de São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro possuíam rodas de expostos estabelecidas desde o século XVIII. Em 1825 a roda paulistana compôs a quadra junto das outras congêneres de então entre as cidades brasileiras que faziam uso desse dispositivo material – a peça onde eram

¹ Por decisão do governo provincial e mediante contrato, em 1870, o Seminário da Glória foi cedido às Irmãs de São José que assumiram sua direção (SÃO PAULO, 1871). Conforme os sucessivos relatórios dos presidentes de estado há informes sobre a permanência da congregação das Irmãs de São José à frente do seminário até 1930, pelo menos.

² O Instituto de Educandos Artífices foi criado pela Lei n. 26 de 05/07/1869.

depositadas as crianças – e desse modo de criar os abandonados que se valia de instalações, por vezes apenas aos hospitais de misericórdia, e de amas pagas a soldo pelas irmandades ou pelas câmaras municipais. Ademais, na mesma cidade passaram a coexistir a roda e os seminários cujo fim era ser a casa de criação e de educação de crianças mais velhas, filhas e filhos de militares que haviam servido o país (AMARAL, 2006), com a utilidade de também receber quem viesse dessa mesma roda. O relatório do presidente da província (SÃO PAULO, 1838, p. 4) de 1838, por exemplo, reportou haver “5 enjeitados da Misericórdia” entre os meninos do Seminário da Glória no ano anterior. Por sucessivos anos, os quadros de internos dos seminários da Glória e de Santana, na seção acerca das origens das crianças que recebiam, informavam sobre meninos e meninas oriundos da casa de expostos da Misericórdia. Em 1845, dos vinte internos do Seminário de Santana, seis eram descritos como “expostos da Santa Casa de Misericórdia” (SÃO PAULO, 1846, mapa 6), ingressos na casa entre 1835 e 1840.

O trio institucional formado pela roda e pelos seminários permaneceu numericamente inalterado por mais quatro décadas desde que apareceu na cidade. Em todo esse tempo, de 1825 a 1869, os seminários mantiveram-se com recursos do tesouro público, seus funcionários e diretores eram indicados pelo governo provincial e respondiam a ele e a seus prepostos, de modo que eram o que havia de público em matéria de assistência à infância na província e em sua capital. Por todo esse período, inclusive, os relatórios dos presidentes noticiam haver poucos similares na província, a não ser em Itu e Taubaté, cada uma com seu seminário e liceu, respectivamente, e todos eles obra de filantropos, religiosos e ilustrados locais (HILSDORF, 2004).

De sua parte, a Irmandade da Misericórdia mantinha uma obra que acudia os expostos da cidade, os criava e encaminhava alguns deles aos seminários e à Companhia de Aprendizizes, para tanto reunindo recursos – como já era comum nesse tempo – através de doações, de legados, de ganhos e renda do patrimônio da própria mantenedora e de subvenções angariadas junto ao tesouro público, fosse da Câmara Municipal ou da Assembleia Provincial. O balanço das contas da Irmandade da Misericórdia, mantenedora da Santa Casa e da Casa de Expostos, para os anos de 1869 e 1870, na parte das receitas apresenta fontes variadas, com várias alíneas para aluguéis de casas, doações

individuais, esmolas arrecadadas em capelas da cidade, doações testamentárias e também a contribuição do Tesouro Provincial (SECRETARIA DO GOVERNO, 1871).

Do lado público os seminários estavam por conta do erário provincial, o que não salvava seus diretores de enfrentarem continuamente a penúria quanto aos insuficientes recursos em dinheiro e a falta de gente para assegurar o que se esperava das duas casas públicas de educação (HILSDORF, 2004).

Bem ou mal, os seminários eram supridos também em função dos seus afazeres precípuos: ter a guarda de parte de seus internos, os pensionistas da província, abrigá-los e, junto dos demais meninos e meninas externos e vinculados a cada uma das casas, dar a todos ocupação cotidiana e instrução na experiência do trabalho. Como exemplo, o repertório de materiais mencionados no relatório da administração provincial para o ano de 1845 e previstos para o uso nas atividades laborativo-instrutivas para o Seminário da Glória compunha-se de:

Tabella 1

a que se refere o § 5^o do Art. 6^o dos Estatutos do Seminários das Educandas

Papel almasso para 40 Educandas (por exemplo) e para expediente da casa; para seis mezes duas resmas.

Dito de peso, para a correspondência com a Presidencia 4 mãos. Pennas 200.

Lapis 2 massos.

Obrêas 2 ditos.

Tinta d'escrever 1 medida.

(...)

Tabella 2

a que se refere o Art. 27 dos Estatutos do Seminário das Educandas

Agulhas de coser sortidas n'um agulheiro.

Almofadas de coser.

Linhas, retrós, e fio de lã para coser, bordar, marcar, n'uma pequena boceta.

Panno para aprender a bordar e marcar.

Thesoura pequena, escova para dentes, pente fino e de cabelereira.

Uma pequena caixa com fechadura para guardar alguns d'estes objetos. (SÃO PAULO, 1845, sl. 18)

Desde sua criação, os seminários ficaram incumbidos de ser o estabelecimento onde as crianças que fossem suas internas receberiam alguma instrução escolar e aprenderiam um ofício. Cuidar da própria sede no caso dos dois seminários era uma entre as tarefas designadas aos meninos e meninas de ambos. Quanto aos meninos, no Seminário de Santana, havia a oficina de alfaiataria – noticiada por anos nos relatórios dos presidentes de província – que funcionou modestamente na maior parte do tempo. No outro seminário, as meninas internas aplicavam-se aos afazeres da casa, na forma equivalente às prendas domésticas o que, por sua vez, respondia por ser o ofício ensinado.

Em que pese a aparente elementaridade da ocupação das meninas no Seminário da Glória, é importante observar que de 1840 a 1851 os relatórios dos presidentes de província contêm seguidamente mapas com nomes, origens, filiação, habilidades e “adiantamento” quanto ao aprendizado e ao domínio das primeiras letras dos educandos e educandas de cada seminário e, no que tange ao da Glória, a escolarização e os afazeres domésticos eram a fonte do desenvolvimento dessas citadas “habilidades” das internas. Nos informes sobre 1838 e 1839, por exemplo, entre as 28 meninas mantidas no Seminário pelo erário provincial e as 14 pensionistas (porque mantidas às “próprias custas”), havia aquelas tidas por mais “adiantadas”, cujo “aproveitamento” incluía atributos variantes entre o domínio da leitura, da escrita e da prática de costurar, pois suas habilidades eram “ler, escrever, contar, cozer, bordar, marcar, fazer pussá, crivo e os demais uzos domésticos”, ao passo que outras eram “principiantes em ler, escrever e contar” (SÃO PAULO, 1840, p. mapa 3), enquanto algumas não apresentavam “conhecimento algum”.

Além de reportar o desenvolvimento dos internos, esse rol de habilidades e aproveitamento informa sobre com o que se ocupavam e com o que eram instruídas e educadas as internas do Seminário da Glória. Por anos a fio, durante o século XIX, esse foi o conteúdo e o proto-curriculo da casa, o que era um ligeiro contraponto ao típico recolhimento religioso, um dos destinos possíveis para meninas desvalidas, como lembra Hilsdorf (2004) – ainda que pelos idos de 1870 a direção da casa tenha passado às Irmãs de São José, religiosas vindas da França, fato que não alterou substancialmente o conteúdo da educação oferecida nesse estabelecimento.

A princípio, cozer e bordar eram ocupações comuns a qualquer casa da cidade onde houvesse moças e no Seminário da Glória era o que sabiam os seus condutores quanto a dar o que fazer às suas abrigadas, sendo, inclusive, regra constante de uma das versões de seu estatuto, apresentada no relatório do presidente da província em 1845. Trata-se, a rigor, da reprodução de uma *visão moral* em relação ao papel feminino na organização social (MANOEL, 1996), concebendo a mulher como núcleo dos sentimentos morais tanto para a primeira educação da infância quanto para a regularidade da estrutura familiar e do governo doméstico (BASTOS; GARCIA, 1999).

O ambiente desse seminário, por sua vez, era estoico como podia ser o de um convento, com a diferença de que a destinação religiosa das internas não estava nos horizontes dos seus idealizadores, o que conferia a ele a identificação com propósitos filantrópicos ilustrados aplicados ao fim de assistir e educar um determinado estrato da infância desvalida da cidade, como esclarece Hilsdorf (2004, 2005). As internas que alcançavam a posição de professoras de primeiras letras, por exemplo, embora não contassem maioria entre os destinos frequentes das egressas, viabilizavam um possível percurso na vida pós-internamento que não se resumia ao serviço doméstico, ao retorno às suas famílias originárias ou ao casamento.

Não obstante o estatuto de substituto familiar e de instituição de internamento em produção ao longo das suas duas primeiras décadas de existência, a partir de 1852, os dois seminários são duplamente reportados pelos presidentes de província e pelo inspetor da instrução pública em seus relatórios. Dada a sua origem, reitera-se, a rigor os seminários da capital não eram estabelecimentos escolares, porém, eram contados entre as escolas que ofereciam as primeiras letras. Hilsdorf (2004, 2005), por exemplo, demonstrou que a população das cercanias demandava licença ao governo provincial e aos diretores das duas casas para que crianças de suas famílias frequentassem as aulas de primeiras letras nos seminários, especialmente o de Santana. Todavia, as demandas da população não pugnavam apenas pela instrução. A este respeito, observa Hilsdorf, também havia pedidos para que meninos e meninas se tornassem pensionistas da província.

Quadro 2: Estabelecimentos fundados entre 1873 e 1885 na capital

Período	Estabelecimento	Fundação
1873 a 1885	Liceu de Artes e Ofícios	1873
	Instituto D. Ana Rosa	1874
	Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	1885
	Liceu Sagrado Coração de Jesus	1885

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Fonseca (2012; 2015).

Passado esse período de quase cinco décadas, de 1825 a 1873, o conjunto de estabelecimentos paulistanos ganhou novos exemplares num intervalo de dez anos. Entre 1873 e 1885 foram fundados o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto D. Ana Rosa, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga e o Liceu Sagrado Coração de Jesus. Tirante a nomenclatura de um dos estabelecimentos, instituição de tipo asilar, três deles são liceus e assim o eram porque foram arquitetados para cumprir a função precípua de escola de ofícios. Em comparação com os seminários e a casa de expostos, a diferença em relação à abrangência do programa instrutivo, ao aparelhamento da casa para o seu cumprimento e à divisão do trabalho do corpo funcional ensejou a introdução de um novo modelo institucional no campo assistencial paulistano. Nos seminários, o trabalho era vivido para ser aprendido, feito para ser assimilado, o que respondia ao propósito de criar órfãos, pois a rotina de cuidar da sede, de seu terreno e, ora mais, ora menos, de algum ensino em alfaiataria para os meninos e tratos domésticos para as meninas, respondeu por ser durante anos o ofício ensinado aos internos e às internas. Nos liceus, todavia, o ponto de partida era outro.

O Instituto D. Anna Rosa, fundado em 1875,³ é um exemplo síntese dessa diferença. Sua criação deve-se aos propósitos e à herança de D. Ana Rosa de Araújo, levados a efeito pelo seu testamenteiro, Francisco Antonio de Souza Queirós, o Barão de Souza Queirós (CONGRESSO, 1912). Esse instituto com o nome da sua benfeitora é um dos primeiros liceus particulares de ensino profissional da cidade de São Paulo – ao lado do Liceu de Artes e Ofícios, de 1873 –, possível em razão do dote legado por D. Ana Rosa, do qual se serviram os membros da Associação Protetora da Infância Desvalida – a mantenedora –

³ O estatuto reformulado da Associação Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Instituto D. Ana Rosa, ainda reiterava a data de reconhecimento de sua primeira versão como sendo de cinco de janeiro de 1875, quando fora aprovado pelo governo da província (CONGRESSO, 1912, p. 10)

para estabelecer a sede, receber a primeira turma de meninos e custear suas atividades (CONGRESSO, 1912). Sobre esses dois personagens, Amaral (2006, p. 64) assinala D. Ana Rosa de Araújo como “dama paulista”, que em “testamento” deixou “o vultuoso legado de sessenta contos de réis para serem aplicados na fundação de uma casa de educação para meninos pobres”. Quanto ao Barão de Souza Queirós, consta que foi “lavrador e político” (AMARAL, 2006, p. 512) que, a partir de sua posição de produtor rural e político, “introduziu na província mais de dois mil imigrantes de diversas nacionalidades”, sendo ativo fundador da Associação Promotora de Colonização e Imigração. Por muito tempo, seus familiares e descendentes participaram da direção da Associação Protetora da Infância Desvalidada, quer como apoiadores ou condutores de sua diretoria (CONGRESSO, 1912).

Desde seus primeiros anos de existência o Instituto D. Ana Rosa foi modelado para ser tanto orfanato quanto escola profissional. Entre seus internos constavam órfãos e meninos com família que passariam pelos menos quatro anos, conforme estipulado pelo regimento (CONGRESSO, 1912), tendo seus estudos e formação seguindo o programa escolar e instrutivo do Instituto. Nesse programa estavam contemplados os “estudos literários”, que compreendiam conteúdos das disciplinas escolares, bem como o encaminhamento dos internos para as oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria, funilaria, tipografia, litografia, mecânica e padaria, de acordo “com sua vocação e constituição physica” (CONGRESSO, 1912, p. 16). Para viabilizar tais propósitos, o Instituto estava aparelhado por um corpo de funcionários escalado de acordo com funções específicas e distribuído pelos postos de direção, de professores, de mestres de oficinas, de cozinha e vigilantes.

Essa forma de organização e de propósitos era comum, também, a outros similares do Instituto D. Ana Rosa, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios que, além de ter entre seus internos meninos órfãos, contava com alunos externos, bem como do Liceu Sagrado Coração de Jesus, fundado e mantido pelos padres Salesianos. Em comum, ainda, todos esses citados representam o modelo de estabelecimento destinado aos pobres, exclusivamente para meninos, cujo programa de formação possuía conteúdos e disciplinas escolares elementares e grande ênfase nas oficinas onde eram ensinados os ofícios

considerados úteis para dotar os internos de meios de ocupação e sustento quando egressos.

Por outro lado, uma diferença notável entre esses três exemplares da geração de estabelecimentos do período de 1873 a 1885 fica por conta dos mantenedores de cada um deles: uma ordem religiosa, uma figura da nobiliarquia paulistana reconhecida por sua devoção ao socorro dos desvalidos, um filantropo membro do alto laicato diocesano e uma associação civil dedica à difusão da instrução escolar. Um desses entes mantenedores é uma ordem religiosa, os Salesianos, artífices do Liceu Sagrado Coração de Jesus. O Instituto Ana Rosa foi resultado da influência de sua benfeitora, mesmo *post-mortem*, enquanto reconhecida expressão leiga da caridade em São Paulo. O Asilo Nossa Senhora do Ipiranga contou com os favores e doações do Conde José Vicente de Azevedo. De sua parte, o Liceu de Artes e Ofícios é a extensão da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, surgida originalmente em 1873.

De início, quando fundado sob a liderança de Carlos Leôncio da Silva Carvalho, ladeado por apoiadores fincados nas instituições públicas, na política e na elite paulistana, a escola da Sociedade Propagadora ainda não possuía as feições completas de estabelecimento de ensino de ofícios, fato que se consumaria completamente em 1882, quando foi nomeada de Liceu de Artes e Ofícios. Nos seus primeiros anos de existência, até a reforma e ampliação curricular de 1882, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular cuidou de oferecer instrução primária para as classes populares em sua escola noturna, tendo alcançado alguns anos mais tarde o intento de instruir em ofícios, o que foi viável em razão da licença para ocupar as oficinas do extinto Instituto de Educandos Artífices (MOACYR, 1938).

Tal como o Instituto Ana Rosa, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga é um caso de legado a partir da vontade de um benemérito. Legado em vida, porém, pois o Asilo é uma das várias obras assistenciais patrocinadas ou que teve como seu artífice o Conde José Vicente de Azevedo, português, católico e membro de destacadas organizações do laicato católico na cidade de São Paulo, a exemplo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé (ETCHEBÈHÉRE JÚNIOR *et al.* 2007).

O trabalho como componente central das rotinas institucionais

Embora outros estabelecimentos primassem por criar crianças, a exemplo dos orfanatos e asilos infantis, não era estranha a eles a preocupação com o aprendizado de um ofício, fato que usualmente se consumava em ação concreta quando meninos e meninas na situação de tutelados alcançavam idade suficiente para aplicarem-se (ou, serem aplicados) ao trabalho. Ademais, essa variedade institucional, que já se fazia perceber em São Paulo até os anos 1880, época em que os liceus se somaram aos seminários, indica que a necessidade de assumir a criação de crianças alheias, do que fazer delas e com elas ao longo de todos os dias de sua permanência era um problema continuado e cuja solução definiu os contornos institucionais dessas duas primeiras gerações de estabelecimentos paulistanos. O apelo ao trabalho resolvia muito desse problema: trabalhava-se para manter a casa e trabalhava-se para aprender um ofício.

Esse foi, inclusive, um mote importante para produzir uma espécie de *savoir-faire*, ou método, de cuidar de crianças residentes em instituições por períodos que podiam alcançar da primeira infância à maioridade, ou além. Na composição desse saber fazer há, ainda, referências da educação escolar formal, pois as primeiras letras constavam no programa de todos, de seminários a liceus. Nesse compasso, a similaridade do trabalho de cada instituição (de cada liceu, seminário e orfanato), firmada a cada ano acumulado de existência, progressivamente contribuiu para dar contornos à forma institucional de assistir em São Paulo, conforme algumas características:

1) *Ação continuada com base na repetição de afazeres cotidianamente.* Nos vários estabelecimentos onde foi praticada, a assistência institucional se viabilizou em espaços de recolhimento, onde conviviam internos residentes e externos de permanência parcial. Concebidos para agirem por sucessivos anos sobre seus internos, os estabelecimentos desenvolveram rotinas expressas em horários diários e semanais na forma de oficinas, de trabalhos domésticos e de aulas, o que definiu certa espécie de protocolo, variando entre não escrito ou parcialmente previsto em regimento, porém conhecido por funcionários e diretores e em geral apoiado nas possibilidades conferidas pelo corpo funcional, pelo espaço físico da instituição e pela capacidade de

arrecadação e acumulação de recursos dos mantenedores. Até o fim do período entre 1825 a 1885, do ponto de vista de sua organização interna, seminários e liceus afirmaram ao longo desses anos de atuação, além do trabalho, outros elementos conformadores de seus métodos, a exemplo do escrutínio do comportamento dos internos e da aferição de seus ganhos em termos de habilidades resultantes do aprendizado de saberes escolares e de ofícios mecânicos. O informe dos ganhos dos internos, além de parte da lógica de organização das instituições, ocorria também por dois motivos: primeiro, porque de algum modo se fazia necessário apresentar algum resultado e, com isso, esclarecer que a função precípua de formar alguém acontecia – ainda que nos termos reportados nos documentos; em segundo lugar, os resultados atendiam ao fim de garantir ou, se possível, pleitear recursos adicionais.

2) *As instituições acumulam experiência.* Os asilos, orfanatos, seminários e liceus, seja pelo seu trabalho cotidiano, combinado com seus propósitos e devido aos seus modos de cuidar, à prioridade por recolher e concentrar seus internos e ao que era ensinado, produziram um tipo de *savoir-faire* relacionado à criação de órfãos e abandonados e à educação de pobres para o trabalho. Ademais, quase todos os estabelecimentos criaram meios e regras para controlar o ingresso de seus internos, isto é, as instituições tentavam definir desde a origem quem seriam seus atendidos. Basta notar a preocupação com o número de ingressantes, da quantidade de egressos, da necessidade de encaminhar quem estaria em tempo de sair e, principalmente, a inquietação permanente com o número de internos que as obras comportariam, o que se deve em parte aos limites que os recursos permitiam, mas de outra feita sinaliza um meio de regular quem podia ser assistido. Esse acúmulo de saber se prestava, ainda, a pelo menos dois usos: (1) as instituições e seus dirigentes procuravam racionalizar a administração de seus recursos materiais, do que tinham a dispor e do que precisavam para se viabilizarem cotidianamente; (2) o fato de terem sob sua guarda contingentes de internos que abrangiam de crianças, incluindo vários na puberdade, até quem estava na faixa dos vinte anos, em alguns casos, como por décadas foi o dos seminários públicos, requeria não apenas estruturar a agenda cotidiana de afazeres e de instrução escolar e laborativa, como igualmente conhecer, por raso que fosse, o que cada

um sabia, quais habilidades desenvolveu e suas possibilidades de deixar o estabelecimento, entre vários elementos a sondar e, quando preciso, reportar.

3) *Divisão do trabalho do corpo funcional.* Os estabelecimentos apresentaram corpo funcional mais formado pelo saber fazer da experiência que treinado sistematicamente - ainda que tal experiência pudesse apresentar demonstrações de tratos austeros para com os internos. Por sua vez, tal corpo funcional organizou-se conforme certa divisão do trabalho em seus quadros, pois havia professores, bedéis, cozinheiros, mestres de cultura, diretores e os filantropos líderes, cuja visibilidade e influência eram mobilizadas para obter apoio às obras que encabeçavam. Numa perspectiva mais ampla, trata-se de uma dinâmica compatível com a tendência corrente à época (séculos XVIII e XIX) da edificação de instituições disciplinares. Se a disciplina era construída sobre a seriação de procedimentos e de posições de sujeito para o ordenamento institucional de espaços em que os indivíduos eram contidos, o gradativo processo de formação de pessoal especializado em instituições disciplinares, conforme sublinha Foucault (2001, p. 193), implicava a vinculação (*ancrage*) dos dispositivos de disciplina (normas, organização do trabalho institucional, regularidade das condutas etc.) a uma série de aparatos dedicados ao condicionamento recíproco dos procedimentos e das tarefas institucionais, conformando uma maquinaria (*machinerie*) de relações de poder institucional naqueles núcleos de gestão do espaço social. Por extensão, essa ideia tem grande compatibilidade com a divisão do trabalho existente em abrigos e orfanatos, nos quais as pessoas são formadas no próprio trabalho, à luz dos procedimentos disciplinares e formativos daqueles espaços institucionais, e não antes do exercício dele. À primeira vista esse processo obedece à lógica similar ao ingresso no mundo do trabalho: aprende-se a trabalhar na continuidade do trabalho, vendo, obedecendo, repetindo, memorizando e assumindo o ofício ao longo de um variável tempo de exposição a ele.

4) *Uma ética do trabalho como componente pedagógico.* Além da diferenciação funcional interna às instituições (tal como discutida acima), a instrução dos ofícios manuais e mecânicos (marcenaria, alfaiataria, carpintaria etc.) e o componente moral dos processos de educação, dois vetores fundamentais da caridade nas instituições de acolhimento e assistência no século XIX, formavam uma autêntica “ética do trabalho”, ou seja, uma avaliação

moral do intercâmbio social e das atividades produtivas como esferas reguladas pelo campo da moralidade e seus valores (honra, virtude etc.). O mundo do trabalho, portanto, implica uma formação *no* trabalho, uma vez que este, além de meio da produção de mercadorias e de riqueza, era entendido como virtude, distintivo de honra e governo da população – mecanismos de uma função disciplinar (FOUCAULT, 2001, p. 203). Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, em uma sociedade em transição na composição de sua mão-de-obra e com a constituição de um mercado de trabalho (com a gradativa proletarização no espaço urbano) (NAXARA, 1998; HARDMAN, 2005; MORAES, 2003), a educação oferecia a possibilidade de uma proatividade regulada dos indivíduos, ou seja, uma valorização moral da atividade produtiva, fundamentando a divisão social do trabalho e sua reprodução.

5) *Majoritariamente particular e dirigida ao público*. A prevalência das organizações e estabelecimentos particulares no campo da assistência à infância na cidade de São Paulo é progressivamente consumada até a metade da década de 1880. O número de estabelecimentos confirma essa constatação, bem como o fato de só haver um único seminário público, o de Santana, pois o Instituto de Educandos Artífices foi extinto em 1880, uma vez que assistir institucionalmente crianças pobres e órfãs era um assunto majoritariamente da agenda de caridosos e filantropos – tanto representados por expressões individuais quanto por associações civis ou leigas.

O conjunto de orfanatos, liceus e escolas de ofícios na cidade de São Paulo originou-se em conformidade com esse espírito durante o século XIX, assim como pelo interior do estado havia inúmeros estabelecimentos instituídos a partir de inspiração semelhante.

Quadro 3: Estabelecimentos fundados entre 1892 e 1897 na capital

Período	Estabelecimentos	Fundação
1892 a 1897	Orfanato de Santana	1892
	Colégio D. Carolina Tamandaré	1892
	Abrigo Santa Maria	1892
	Casa Pia São Vicente de Paulo	1894
	Orfanato Cristóvão Colombo	1895
	Asilo de Órfãos N. S. Auxiliadora do Ipiranga	1896
	Casa da Divina Providência	1896
	Casa da Divina Providência da Mooca	1897
	Asilo Bom Pastor	1897

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Fonseca (2012; 2015).

A partir das doações, dos legados e da liderança de figuras públicas, fundadores ou inspiradores de organizações, bem como por meio da ação de associações confessionais ou laicas – durante o século XIX –, os propósitos de mitigar os males da pobreza e de assistir o público se concretizavam por meio de cuidados e serviços institucionais dirigidos aos necessitados. Desse modo, havia frequência na prática da negociação e eventual acerto entre o poder público e as organizações da sociedade civil a fim de formar composições nas quais as iniciativas de particulares para atenuar o desvalimento alheio cobriam os vácuos estatais.

Os diretores de associações mantenedoras, filantropos líderes e diretores de estabelecimentos tratavam com a Assembleia Legislativa Provincial, apelando por subvenções financeiras, isenção de impostos e doação de terrenos. Nos relatórios dos presidentes de província e nos balanços das despesas e gastos da administração provincial é fato corrente haver subvenções destinadas a estabelecimentos particulares que assistiam crianças. Da parte da filantropia, peticionava-se ao legislativo a fim de obter benefícios que, se não sustentavam o todo da obra bancada pelas associações mantenedoras, ao menos visavam a concessões importantes como a cessão de terrenos, a complementação de recursos para a construção de edifícios, a realização de loterias e a derrubada da cobrança de taxas para transações imobiliárias que, embora não compusessem todo o orçamento, permitiam edificar ou manter uma sede com a perspectiva de sua permanência por longo tempo.

Considerações finais

É certo que a assistência institucional foi forjada também em meio às contingências, descontinuidades político-administrativas, exiguidade de recursos e pessoal, além das resistências cotidianas de internos e internas frente ao regramento e à intervenção cotidiana do corpo funcional. Das idealizações ao que era possível, da pretensão ao resultado concreto da atividade diária das instituições, há também elementos que devem ser considerados a fim de mitigar a possível impressão de que a formação da assistência a partir do trabalho diário

e concreto dos estabelecimentos teria se formado linearmente e sem conflitos ao longo dos anos.

Seja como for, os ciclos de surgimento e cristalização de instituições ao longo do século XIX, em São Paulo, contribuíram para refinar os mecanismos de avaliação e de intervenção sobre o social e seus déficits (pobreza, desvalimento etc.), em grande medida devido à dinâmica das obras de acolhimento, assistência e caridade, o que implicou a tradução institucional do conflito social e da lógica moral de reconhecimento da pobreza e do desvalimento expostos nas ruas. Em comparação com outros cenários, nos anos 1870, por exemplo, na Corte, a documentação do Asilo dos Meninos Desvalidos, uma das instituições mais importantes dessa “rede” assistencial construída na segunda metade do século XIX, oferece um painel significativo nesse sentido. Conforme os relatórios da diretoria do Asilo, por exemplo, o menino Ladisláo João de Farias, que vendia “ballas d’assucar nas estações dos bondes”, fora conduzido à instituição pelo chefe de polícia e “trajava calças e camiza imundas, descalço, cabellos crescidos, verdadeiro ninho de vermes” (AN, IE5-22, 93, N. 512-75). Também conduzido por um praça do corpo de polícia, Luiz Bernardes, “que mais parecia uma fera do que um ente humano”, praticando “actos de fera”, teria obrigado os funcionários do Asilo a “lançar mão da força para controlal-o”, de modo que, conforme assevera o relatório, diante da inadequação do “mancebo” ao regramento do Asilo e da inconveniência à “moralidade e disciplina” dos demais asilados expostos àquelas condutas, “seria uma obra de caridade e ao mesmo tempo um serviço á sociedade, se fosse o referido rapaz recolhido a uma casa de correcção ou a um navio de guerra, evitando assim” seu ingresso “no rol dos criminosos, tal a índole perversa que manifesta” (AN, IE5-22, 93, N. 18-75). O poder institucional, portanto, articula uma gramática do reconhecimento do desvalimento por meio de sua exposição (sinais externos da conduta).

À vista das respostas dadas ao abandono e à educação dos pobres, a assistência à infância na versão institucional trouxe do século XIX importantes contribuições no tocante à produção e afirmação de modelos consagrados como aplicáveis cotidianamente ao propósito de manter a guarda de crianças por tempo variável – longo no mais das vezes – e com isso substituir suas famílias parcial ou totalmente, assumindo sua tutela em espaços cujo formato

preferencial era o fechado, pois abrigado na maior parte do tempo do exterior. Nesses termos, a assistência institucional condiz com a forma organizada, estruturada e perene de assistir o outro que demanda a formação de um caixa ou de um orçamento dotado de recursos para estruturar uma obra (uma instituição). Por sua vez, pessoas e recursos foram aplicados ao trabalho institucional cotidiano, cujo espaço precípua é fechado na maior parte dos dias, como a maioria das instituições assistenciais costumou ser, entre o século XIX e a metade do XX, porquanto tal preferência se concretizou em orfanatos e asilos infantis e, mais tarde, no início da centúria seguinte, em modelos assistenciais de passagem como lactários, dispensários e institutos de proteção e assistência à infância.

Referências

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. (Coleção Paulística, vol XIX)

AN, IE5-22, 93, N. 512-75 / N. 18-75. (Arquivo Nacional – RJ)

BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. Felix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras.

História da Educação, Pelotas, v. 5, 1999.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Isenta do pagamento de impostos os imóveis da Associação Protectora da Infância Desvalida**. [Anexo relatório da Associação Protectora da Infância Desvalida e do Instituto D. Anna Rosa, do ano de 1911]. São Paulo, 1912.

DONZELOT, Jacques. **L'invention du social**. Paris: Seuil, 1994.

ETCHEBÈHÈRE JÚNIOR, Lincoln; MAZZALI, Leonel; VIEGAS, Rosemary Fagá. Educação e filantropia na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX: um estudo da obra do Conde José Vicente de Azevedo no bairro do Ipiranga. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 155-181, Maio/Ago. 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2009.

FONSECA, Sérgio César da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 79-108, mar. 2012.

_____. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 461-481, mai./ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. L'oeil du pouvoir. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

HAHNER, June. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)**. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UnB, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Os seminários de educandos de São Paulo. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

_____. Tão longe, tão perto – As meninas do seminário. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. II – Século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LAPA, José Roberto Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MANOEL, Ivan. **Igreja e educação feminina**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARSON, Izabel; OLIVIERA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (3º vol.)

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **O ideário republicano e a educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NAXARA, Marcia. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

PROCACCI, Giovanna. Governing poverty: sources of the social question in nineteenth-century France. In: GOLDSTEIN, Jan. **Foucault and the writing of history**. Cambridge: Blackwell, 1994.

SÃO PAULO (Província). **Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838**. São Paulo: na Typ. do Governo, 1838.

SÃO PAULO (Província) **Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial**. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1840.

SÃO PAULO (Província). **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845.** São Paulo: Typ. de Silva Sobral, 1845.

SÃO PAULO (Província). **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846.** São Paulo: Typ. de Silva Sobral, 1846.

SÃO PAULO (Província). **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, o exm. sr. dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871.** São Paulo: Typographia Americana, 1871.

SECRETARIA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. **Da Secretaria de Governo enviando o ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, acompanhado do balanço da receita e despesa do respectivo hospital no exercício de 1869 a 1870.** São Paulo: Typ. Americana, 1871.

SOUZA, Rosa Fátima. **Alicerces da pátria.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.

STEINMETZ, George. **Regulating the social.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

STRAND, Michael. The genesis and structure of moral universalism: social justice in Victorian Britain, 1834–1901. **Theory and Society**, v. 44, 2015.

XAVIER, João Theodoro. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo no dia 14 de fevereiro de 1875.** São Paulo: Typ. do Diário, 1875.

Recebido em Maio de 2017
Aprovado em Novembro de 2017